

TERRITÓRIO E HEGEMONIA NO TEAR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA COOPERAÇÃO SUL-SUL - APONTAMENTOS SOBRE A APROXIMAÇÃO BRASIL-ÁFRICA

TERRITORY AND HEGEMONY IN THE INTERNACIONAL RELATIONS AND COOPERATION SOUTH-SOUTH - NOTES ABOUT THE PARTNERSHIP BRAZIL-AFRICA

ANDRÉ SANTOS DA ROCHA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
asrgeo@ufrj.br

RESUMO. No período atual é percebido o fortalecimento das relações econômicas e políticas entre países tidos como “periféricos e semiperiféricos”. Essas aproximações demandam, para além da cooperação econômica, o incremento tecnológico e o desenvolvimento de infraestruturas territoriais e sociais. Alguns autores chamam essa aproximação de cooperação Sul-Sul em alusão a um modelo mais “brando” ou menos “perverso” estabelecido na interação econômica e política “Norte-Sul”. Todavia, isso não significa que este tipo de cooperação não tencione elementos importantes à Geografia e as Relações Internacionais como as questões Territoriais e Hegemônicas. Desse modo, apontamos como necessidade repensar criticamente essa Relação Sul-Sul, pois embora esse tipo de cooperação se mostre resistência ao modelo vigente, em toda relação econômica e política haverá relações de dependência devido a assimetria econômica entre esses países o que pode revelar operações desvantajosas. A fim de elucidar discutir a relação entre território e hegemonia nas relações sul-sul, o presente trabalho busca apresentar os elementos que são mobilizados no tear da aproximação do Brasil com os países do continente africano, exemplificando como outros agentes (empresas e órgãos de fomento) além dos Estados estão envolvidos na apropriação do território africano e, por consequência, na expansão hegemônica Brasileira. O presente estudo passa por uma revisão da atual ordem mundial e do balanço de poder discutindo autores como Hobsbawm (1995, 2008, 2007), Hardt e Negri (2010, 2005), Negri (2005), Agnew (2008), Harvey (2009) e Chomsky (2004), e especificamente sobre as relações sul-sul e a aproximação Brasil-Africa: Krasner (1985) Pautasso (2010); Lima, (2005) Hurrell *et al.* (2009) Vesentini (2010). Como parte da análise, apresenta-se o horizonte de correlação entre hegemonia e território a fim de validar a tônica das demandas territoriais desta cooperação baseadas das leituras de Raffestin (1993), Saquet (2007), Haesbaert (2006), Agnew (2005). Salientamos que a concepção de território, na contemporaneidade ultrapassa a visão clássica onde este era considerado a espaço circunscrito pelo Estado. O território deve ser entendido em sua genealogia que permite a compreensão das relações de poder e de sua apropriação, mesmo que se revele no âmbito da representação. O território traz consigo as expressões de Soberania e Hegemonia que podem inferir sobre a libertação e aprisionamento. Por isso a concepção contemporânea de território, nos permite perceber como agentes, além dos Estados (Brasil e os países Africanos), as empresas, as instituições de fomento à pesquisa e inovação são importantes elementos estratégicos no tear das construções hegemônicas nas relações sul-sul.

PALAVRAS-CHAVE. TERRITÓRIO, HEGEMONIA, RELAÇÃO SUL-SUL, BRASIL, ÁFRICA.

ABSTRACT. In the current period is perceived to strengthen the economic and political relations between countries considered “peripheral and semi-peripheral”. These approaches require, in addition to economic cooperation, technological advances and the development of territorial and social infrastructures. Some authors call this approach to South-South cooperation in allusion to a less “perverse” model more “soft” or that it is established in the economic and “North-South” political interaction. However, this does not mean that this kind of cooperation does not intend to important elements Geography and International Relations as hegemonic and territorial issues. Thus, as pointed out the need to critically rethink that South-South relation, as though this type of cooperation is show resistance to the current model, in all economic and political relationship will be dependent relationships because of economic asymmetry between these countries which can prove disadvantageous operations. In order to elucidate discuss the relationship between territory and hegemony in south-south relations, this paper seeks to present the elements that are deployed on the loom of the approaching Brazil with African countries, exemplifying how other agents (companies

and funding agencies) than states are wrapped in the appropriation of African territory, and consequently, the Brazilian hegemonic expansion. This study involves a revision of the current world order and the balance of power as authors discussing Hobsbawm (1995, 2008, 2007), Hardt and Negri (2010, 2005), Negri (2005), Agnew (2008), Harvey (2009) and Chomsky (2004), and specifically on the south-south relations and the Brazil-Africa approach: Krasner (1985) Pautasso (2010); Lima (2005) Hurrell *et al* (2009) Visentini (2010). As part of the analysis is presented a correlation between hegemony and territory in order to validate the keynote of the territorial demands of this cooperation based readings Raffestin (1993), Saquet (2007), Haesbaert (2006), Agnew (2005). We emphasize that the concept of territory, nowadays exceeds the classical view where this was considered the space circumscribed by the state. The territory must be understood in their genealogy that allows the understanding of power relations and their appropriation, even if it appears within the representation. The territory brings with expressions of sovereignty and hegemony that can infer about the liberation and imprisonment. So the contemporary conception of territory allows us to understand how agents than the United (Brazil and African countries), firms, institutions that foster research and innovation are key strategic elements in the loom of hegemonic constructions in the south-south relations.

KEYWORDS. TERRITORY, HEGEMONY, SOUTH-SOUTH RELATIONS, BRAZIL, AFRICA.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

A compreensão da geografia do mundo contemporâneo perpassa o reconhecimento de um reordenamento do poder mundial (AGNEW, 2005). Há uma nova conjuntura política que (re) escalona centros de poder para além do centralismo norte-americano, sobretudo, marcando a emergência de “Estado Força” na balança de poder Mundial, em âmbito econômico e político (como a China, Rússia e mesmo o Brasil).

Segundo Gilberto Dupas (2008) também há a emergência de novos atores, como ONG, grupos terroristas e empresas que diante das dinâmicas econômicas e tecnológicas atuais ganham cada vez mais possibilidades de ampliar suas ações, que são contextualizadas no ciclo atual de acumulação. Para além da hegemonia dos Estados para a Hegemonia do Capital (HARVEY, 2009, CECENÑA, 2008). É portanto nesta conjuntura hegemônica do capital, que processos transversais de realizam. Longe de apontar que novas relações econômicas entre países periféricos e semiperiféricos são contrapostas a esta hegemonia, é percebê-las como parte inerente que permite a continuidade deste ciclo, mesmo que por vias alternativas.

Neste contexto se insere o que se denomina relações Sul-Sul, todavia, a questão que se coloca para uma análise geográfica é saber como as noções de território e de hegemonia contribuem para o entendimento da cooperação econômica entre esses conjuntos de países. Entendemos aqui, que a projeção hegemônica é percebida, também, na projeção territorial neste tipo de cooperação, como um binômio. Ou seja, na medida em que há territorializações nos avanços deste tipo de cooperação há uma expansão hegemônica do Estado que projeta sua rede de influencia a partir de ações de suas empresas públicas e privadas, instituições de pesquisa e mesmo no procedimento de ações diplomáticas.

Para compreensão de tal problemática, indica-se a necessidade de entender como se estabelece essa questão na cooperação sul-sul, bem como pensar uma delimitação de análise que se concentra na cooperação Brasil-Países africanos. Desse modo, será feita a exposição das discussões e resultados que permearam as pesquisas realizadas no âmbito do LAGEPPE – Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas – da UFRRJ, que tiveram como mote o mapeamento da atuação de empresas e o resgate sobre o entendimento da projeção Brasileira sobre o continente Africano.

PROBLEMÁTICA/QUESTÃO CENTRAL

No período atual é percebido em âmbito internacional o fortalecimento das relações econômicas e políticas entre países tidos como “periféricos e semiperiféricos” (KRASNER, 1985). Essas aproximações demandam, para além da cooperação econômica, o incremento tecnológico e o desenvolvimento de infraestruturas territoriais e sociais. Alguns autores chamam essa aproximação de cooperação Sul-Sul¹ (PAUTASSO, 2010; LIMA, 2005), em alusão a um modelo mais “brando” ou menos “perverso” que a estabelecida na interação econômica e política “Norte-Sul”.

Segundo Diego Pautasso (2010, p. 49) a associação entre países do Sul emerge com maior força após 1970, momento em que se configura uma conjuntura de Reordenamento do Poder Mundial. É importante reafirmar que neste mesmo período as relações sistêmicas do capital encontram um momento de crise dado à dinâmica energética do petróleo, onde países periféricos que, dotados de grande parte destes recursos, iriam impor novas regras sobre preços e comercialização desta *commodity* em âmbito internacional (STOKES, 2005). Destarte, a importância destes países do Sul foi exemplificada nesta crise do petróleo onde o jogo de equilíbrio de forças é reconfigurado em escala global.

Autores como Eric Hobsbawm (1995, 2008, 2007), Michel Hardt e Antoni Negri (2010, 2005), Antônio Negri (2005), John Agnew (2008), David Harvey (2009) e Chomsky (2004) são unânimes em reconhecer a predominância de uma hegemonia norte-americana, mas também seus vislumbres de crise. É oportuno apontarmos que a ordem mundial de poder que se constituiu ao longo destas três últimas décadas apresenta-se com forte apelo para com algumas economias emergentes do Sul e seu potencial de associação e cooperação. Os estudos do internacionalista Daniel Flesmes (2010) chamam a atenção para o papel de países que constitui o BRIC² representando um novo equilíbrio de forças constituindo alternativas financeiras, políticas e econômicas de desenvolvimento e cooperação.

Diego Pautasso (2010, p. 53) destaca, também, que “os países emergentes são justamente a síntese das transformações internacionais, pois representam a alteração no balanço de poder”. Desse modo, é possível vislumbrar que esses países emergentes se tornam centralidades de poder e que se torna de suma importância de entender sua política externa e os impactos na construção de sua hegemonia.

O Brasil é considerado um país emergente. Para pensar as questões territoriais e hegemônicas que cercam a cooperação Sul-Sul, opta-se em delimitar a análise centrando no entendimento do mapeamento das ações brasileiras para com o continente africano e avaliando as repercussões hegemônicas da territorialização da cooperação com esses países. Neste sentido se revela oportuna o debate sobre projeção hegemônica deste país emergente bem como do entendimento do território neste contexto.

¹ Utilizaremos o termo Sul para referirmos aos países periféricos e semiperiféricos e “Norte” os países centrais que constituem o sistema Mundo. De forma geral levando em consideração a Divisão internacional do Trabalho (DIT) estes se configuram como países produtores de bens primários, semi-industrializados ou mesmo Industrializados com forte dependência tecnológica e financeira de outros países e caracterizam em sua maior parte países da América Latina, África e Ásia (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

² Acrônimo das iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China. Criado em 2001 pelo grupo financeiro Goldman Sachs para designar os países que representariam bons focos de investimentos devido às altas taxas de crescimento acima da média mundial. Mais tarde alguns especialistas já indicam o acréscimo da letra S indicando a inclusão da África do Sul (em inglês South África). Para maiores esclarecimentos ver Andrew Hurrell *et al* (2009).

INTERLOCUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL - O TERRITÓRIO E A HEGEMONIA NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SUL-SUL

A cooperação entre países do “Sul” se tornou lócus de debates. Grande parte centrada na avaliação de beneficiou ou não deste novo modelo em detrimento ao “Norte-Sul”. Existem, pelo menos, dois pontos que indicam a necessidade de ultrapassar essas discussões para visualizarmos outras questões, como o debate da projeção hegemônica e territorial das relações sul-sul.

Em primeiro lugar por que há claramente em uma hegemônica do capital, um desequilíbrio de forças econômicas entre os países do Sul. Ou seja, não é possível enquadrar o sul como uma mesma feição, Brasil, Argentina, Suriname, Guiné Bissau entre outros países possuem conjunturas econômicas distintas, logo por mais “brando” que possa processar a cooperação econômica entre eles haverá um desequilíbrio – logo não será capaz de suprimir as desigualdades. Em segundo, porque há no cerne deste tipo de cooperação estratégias de projeção hegemônica. Seja apenas no âmbito econômico – a fim de solidificar e diversificar produção e alimentar novas redes econômicas (KRASNER, 1985), seja no campo político, em especial no tear de uma nova territorialidade hegemônica, criando laços entre países solidificando lutas comuns e mesmo apoio em demandas particulares.

Neste sentido, o debate sobre a noção de hegemonia e de território urge como elementos de força para o entendimento da cooperação Sul-Sul. Não podemos negar a tônica das demandas territoriais desta cooperação. Salientamos que a concepção de território, na contemporaneidade ultrapassa a visão clássica onde este era considerado a espaço circunscrito pelo Estado (SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2006).

O território deve ser entendido em sua genealogia que permite a compreensão das relações de poder e de sua apropriação, mesmo que se revele no âmbito da representação (ROCHA, 2013). O território enquanto espaço delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995) tem em sua apropriação expressões de Soberania e Hegemonia que podem trazer libertação e aprisionamento (RAFFESTIN, 1993; AGNEW, 2005). Por isso a concepção contemporânea de território, nos permite inserir como agentes, além dos Estados (Brasil e os países Africanos), as empresas brasileiras, as instituições de fomento à pesquisa e inovação que se revelam verdadeiros agentes de transformação do território que revelam sua apropriação e diferentes escalas.

Neste sentido, a noção de Hegemonia deve ser discutida, pois a base territorial e sua apropriação em diferentes níveis possibilitam estratégias que influenciam o equilíbrio de forças. Jonh Agnew (ibdem) Destaca que a Hegemonia possui espacialidades, e que na contemporaneidade esta deveria ser repensada a partir das *Redes Hierárquicas de poder*. Entende-se aqui, num contexto da globalização econômica, onde além dos Estados, empresas, instituições multilaterais e outros agentes possuem um papel importante, no equilíbrio de forças. A Hegemonia não se constitui apenas da lógica de influência direta, mas também a indireta que se alinham a partir de acordos de cooperação, tratados, fluxos comerciais, etc. (CECEÑA, 2005). Assim, A garantia da hegemonia perpassa na constituição de mecanismos que permitam a sua projeção. Alguns destes mecanismos são baseados no controle territorial.

É importante salientar aqui, que a nova concepção de território aponta que o controle do território, não é feito necessariamente *in loco*, ou seja, ela pode operar a partir de acordos

econômicos, modos de gerenciamento, implantação de infraestrutura, execução de projetos de pesquisa e desenvolvimentos, etc.

Desse modo, entendemos que parte das propostas de cooperação Sul-Sul perpassa, de algum modo, alguns, ou todos, os mecanismos mencionados. No caso da projeção hegemônica do Brasil, enquanto uma potência emergente, sobre os países Africanos destaca-se no contexto atual por três elementos fundamentais:

[a] a capacidade de materiais no que tange a produção de uma tecnologia embrionária e expansão financeira – apoiado no incremento da internacionalização das empresas nacionais e da força do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDS);

[b] a medida de auto percepção – posto na possibilidade de fazer uma leitura de sua política externa que direcionam aproximações com países do SUL com as ações para o continente Africano (LIMA, 2006; LEITE, 2011; VISENTINI, 2010); e

[c] a percepção de outros países como potência emergente – visibilidade no campo político e econômico diante de uma abordagem branda de cooperação e de uma diplomacia de paz.

Esses elementos que destacam a projeção hegemônica, servem de base metodológica para o mapeamento das ações brasileiras, bem como no entendimento das ações de cooperação que permitem entender tanto da aproximação com os países africanos quanto das relações “sul-sul” de modo geral.

RESULTADOS PARCIAIS: APONTAMENTOS DA RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA

Os apontamentos parciais que elencaremos aqui se fazem tanto em guisa de conclusão deste trabalho quanto de abertura para as próximas etapas da pesquisa. Assim apresentaremos os resultados sínteses da revisão bibliográfica da relação entre Brasil-África quanto do mapeamento das empresas brasileiras atuantes no continente africano onde buscamos tecer algumas considerações sobre a projeção hegemônica brasileira.

Segundo Paulo Vesentini (2010) as relações entre Brasil e o continente africano não é uma realidade nova. Essa cooperação é posta numa relação histórica, que se estabelece por meio da escravidão (QUIJANO, 2005) na constituição do Sistema Mundo Moderno Colonial (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006). Neste sentido, se estabeleceu uma interação geográfica onde “o Atlântico” se tornou o Pivô das relações de colonialidade de poder e subsidiou relações de hegemonia e territorialidade, vista até os dias atuais na presença maciça de imigrantes africanos, em especial de Angola e Moçambique, em cidades Brasileiras.

Patrícia Soares Leite (2011) destaca que é após 1950, em especial, na Política Externa Independente do Governo Jânio Quadros que esta perspectiva de compreensão da política externa do Brasil para o continente africano ganhou delineamento mais claro para atender interesses internos. Entretanto, Paulo Visentini (ibidem) sublinha que não houve continuidade desta política e que durante a Guerra Fria, sobretudo no âmbito da ditadura militar. Conjuntura em que há um declínio do interesse brasileiro nas relações com a África³. Esse desinteresse se estende até os o início dos anos de 1990 com o Governo Collor.

³ É importante destacar que no período que marca a ditadura militar no Brasil deve ser considerado o reconhecimento por parte do governo brasileiro da independência de países no continente africano e respectivamente a abertura de embaixadas nestes.

Maria Regina Soares de Lima (2006, p. 11) complementa essa questão abordando o caráter de prestígio e autonomista que a política externa brasileira assume com os governos Fernando Henrique (1994-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). Em ambos os governos, a cooperação com países africanos é retomada e se intensifica diante da conjuntura contemporânea em alternativa a crise que atinge os Estados Unidos e os países da União Europeia (COSTA LIMA; MELO, 2010).

Entretanto, há um hiato de pesquisa que entenda essa relação de maneira profícua (COSTA LIMA; MELO, *ibidem*) no que tange o entendimento dos efeitos territoriais e hegemônicos desta cooperação Brasil e os países Africanos nestes dois governos, em especial caso ao longo das duas últimas décadas (1994-2014).

Entendemos que parte das ações de aproximação como o continente africano emerge a fim de consolidar as estratégias do Brasil como país potencial, não apenas em âmbito regional, mas na escala mundo. Tendo em vista pelo menos dois objetivos:

[a] Ampliar a rede de influência hegemônica para além da América Latina buscando cooperação com países Africanos. Busca capitanear a colaboração e apoio de países africanos em empreitadas nas câmaras de discussão internacional (OMC e ONU), sobretudo no pleito brasileiro de um assento permanente no conselho de segurança.

[b] Solidificar bases territoriais de expansão do capital privado e estatal Brasileiro – onde países africanos servem de ponto de propulsão para garantia de mecanismos territorial de projeção econômica na escala mundo.

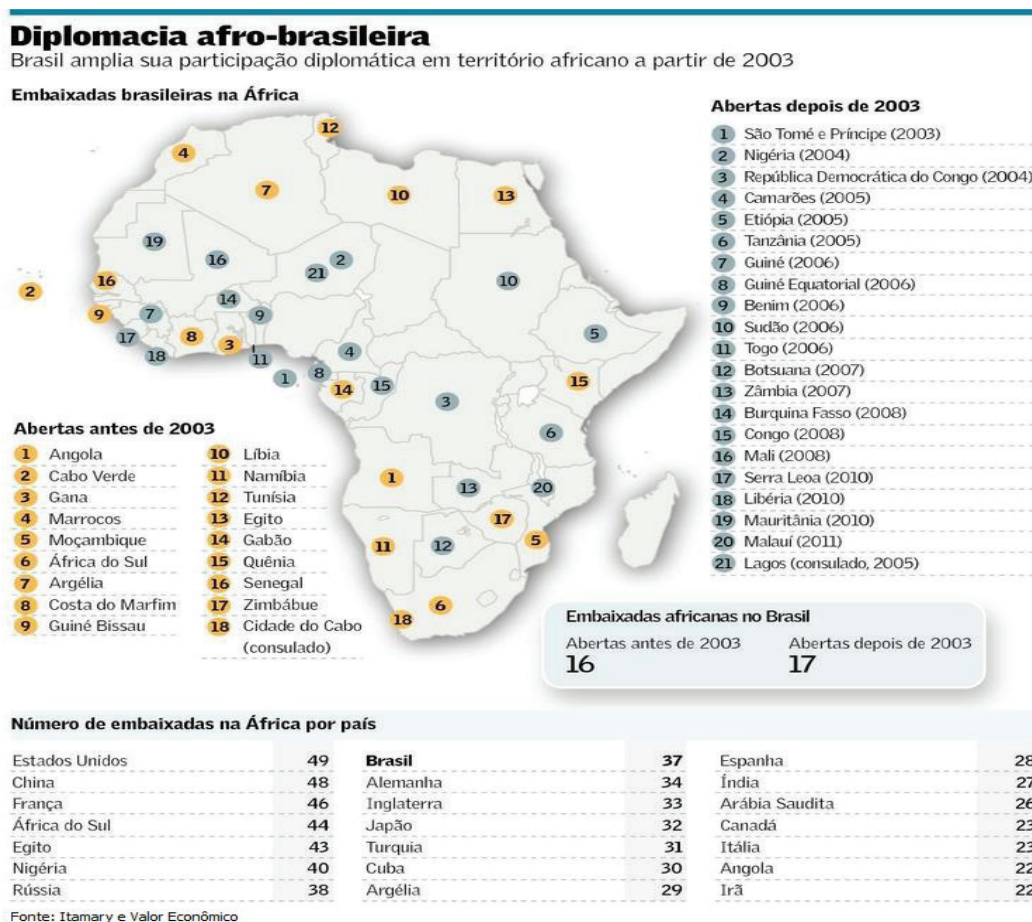
Sobre o primeiro objetivo é perceptível, em especial no governo Lula-Dilma⁴ [2003-2014], o aumento do número de embaixadas abertas em países Africanos que passou de 16 para 37 embaixadas, ou seja, duplicando após 2003 em mais de 100% o número de embaixadas. Isto simboliza ao mesmo tempo uma estratégia territorial-diplomática de aproximação com países africanos que levou, por exemplo, o Brasil se tornar o 5^a país externo com maior número de embaixadas no continente africano⁵. [Ver figura 1].

A territorialização brasileira no continente africano não se espelha somente nas embaixadas. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que é parte do Itamaraty é responsável por mediar ações de âmbito tecnológico nas áreas da agricultura e saúde, por exemplo, externado nas ações da EMBRAPA que abriu um escritório em Gana em 2008 e também por ações da FIOCRUZ em diversos países no combate a doenças como HIV e anemia falciforme.

Tais ações já desempenham produtos positivos para a diplomacia brasileira que busca aproximações e apoio em âmbito nacional. Essas aproximações são reverberadas também na projeção da hegemonia econômica brasileira - Hoje essa hegemonia pode ser refletida numa dívida que ultrapassa os 900 milhões de US\$ que países africanos têm com o Brasil - que concomitante amplia as ações do que elencamos como um segundo objetivo desta aproximação – expansão territorial do capital brasileiro.

⁴ Usamos como referência essa aproximação por entendermos que não houve reorientação da política externa entres os dois governos, em especial por pertencerem a mesma base governista.

⁵ Informação retirada <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/83-semana-da-africa>. Data do Acesso: 24/05/2014.

FIGURA 1 - Número de Embaixadas Brasileiras no continente africano

Fonte: Valor Econômico.

Essa expansão consiste tanto, na construção de venda de tecnologia – que solidifica a propulsão de país emergente na nova divisão internacional do trabalho onde a tecnologia é um dos bastiões, de centralidade (ver HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006), quanto da ampliação de “territórios” para empresas de capital privado e estatal Brasileiro, que percebem no mote das construções de infraestrutura um lugar ótimo para sua internacionalização.

Para exemplificar, apresentamos um quadro parcial da pesquisa em curso, onde foram mapeadas algumas empresas em atuação no continente africano [ver quadro 1]

As empresas catalogadas, bem como os países e as ações desenvolvidas foram apresentadas em formato parcial, tendo em vista que a pesquisa ainda está em curso. Mas a coleta das informações apresentadas no quadro permite aferir a presença maciça de empreiteiras brasileiras. Essas atuam na linha de frente da expansão econômica brasileira, sobretudo porque elas atuam na criação de infraestrutura. É importante mencionar o papel da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce que têm atuado no continente no âmbito da exploração mineral.

A ação destas empresas não ocorre de modo isolado. Há um consenso de empresários brasileiros de que o continente africano é a nova rota de investimentos, inclusive noticiado pelo

QUADRO 1 - Relação de empresas atuantes em alguns países do continente africano

País	Empresa	Construção
Argélia	Zagope	Zagope (Gasoduto de Maghnia, Aterro Sanitário do Corso, Ponte Transrhmel (perfil de auto-estrada), Gasodutos Illizi, Barragem de Boussiaba, extensão da Primeira Linha do Metro de Argel (deve ser concluída em 42 meses), Ampliação do Aeroporto de Oran, Porto de Pesca e de Lazer em El-Aouana)
	Petrobras	Petrobras (contratos de exploração e produção, através da participação em seis blocos marítimos, sendo um em produção e outros cinco em exploração)
	Vale do Rio Doce	Vale (atividades de estudo e desenvolvimento mineral: cobre e níquel)
Angola	Odebrecht	Odebrecht (construção de diversas rodovias, como trechos da Autoestrada Periférica de Luanda, a Estrada do Golfe, o Projeto Estradas do Huambo e Malange, as rodovias Benguela Dombe-Grande e Caala-Cuima e a Estrada Lar do Patriota; conclusão do Centro Empresarial Belas Business III e dos condomínios residenciais Noblesse e Monte Belo, além do início das obras do Centro Empresarial Belas Business IV; construção de linhas de transmissão de Capanda a Uíge; construção de moradias e infraestrutura dentro do Programa de Realojamento das Populações; conclusão da sexta fase do saneamento de Luanda)
	Zagope	Zagope (ruas Estruturantes Zona Leste Luanda Quarta Avenida, reabilitação Estrada Tchibemba-Lubango, reabilitação Estrada Matala-Matala, reabilitação Via Expressa Luanda-Viana, Aeroporto de Lubango)
	Camargo Corrêa	Camargo Correa (reconstrução da Estrada Nacional Lubango-Benguela, linha de transmissão de energia que interliga as cidades de Uíge e Maquela do Zombo)
	Queiroz Galvão*	Queiroz Galvão (construção)
África do Sul	Vale do Rio Doce	Vale (atividades de estudo e desenvolvimento mineral no país: cobre)
Benin	Petrobras	Petrobras (Expectativa de encontrar petróleo leve na participação no Bloco 4 junto a Compagnie Béninoise des Hydrocarbures (CBH))
	Petrobras	Petrobras (50% dos direitos da Ophir Energy nos Blocos Ntsina Marin e Mbeli Marin, offshore gabonense)
Gabão	Vale do Rio Doce	Vale (atividades de pesquisa e exploração mineral: logística, manganês e ferroligas)
	Vale do Rio Doce	Vale (atividades de estudo e desenvolvimento mineral: minérios de ferro, concessões para extração de minério de ferro em Simandou Sul (mina de Zogota) e licenças de exploração em Simandou Norte (Blocos 1 e 2), por meio da joint venture Vale BSGR Limited (VGB), obras de recuperação da ferrovia que faz o transporte de passageiros e carga geral Conakry-Kankan, no leste do país)
Guiné	Andrade Gutierrez	Andrade Gutierrez (implantação e revestimento da Rodovia Seredou-N'Zerekoré-Lola, construção de pontes e serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte correntes, drenagem e obras complementares)
	Vale do Rio Doce	Vale (possui escritório central na capital Maputo e opera duas concessões para extração de carvão em Moatiza, projeto Evate, na província de Nampula, para produção de rocha fosfática, planos de investir na infraestrutura logística moçambicana para melhorar o escoamento de carvão e para isso, adquiriu em 2010 o controle acionário (51%) da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte S.A. (SDCN), da empresa moçambicana Insitec, criação da Fundação Vale em Moçambique. A Planta de Processamento de Carvão de Moatize entrou em operação em julho de 2011. A mina tem capacidade total de produção de 11 milhões de toneladas de carvão térmico e metalúrgico por ano. Para iniciar o projeto de exploração do minério na região, a Vale fez, em parceria com a comunidade e o governo, um plano de reassentamento de 980 famílias. A empresa também formou cerca de 300 aprendizes moçambicanos para atuar na operação e manutenção da mina, da usina e de ferro. Na província de Nampula, a empresa possui o Projeto Evate, em fase de desenvolvimento, para extração de rocha fosfática)
Moçambique	Vale do Rio Doce	Vale (possui escritório central na capital Maputo e opera duas concessões para extração de carvão em Moatiza, projeto Evate, na província de Nampula, para produção de rocha fosfática, planos de investir na infraestrutura logística moçambicana para melhorar o escoamento de carvão e para isso, adquiriu em 2010 o controle acionário (51%) da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte S.A. (SDCN), da empresa moçambicana Insitec, criação da Fundação Vale em Moçambique. A Planta de Processamento de Carvão de Moatize entrou em operação em julho de 2011. A mina tem capacidade total de produção de 11 milhões de toneladas de carvão térmico e metalúrgico por ano. Para iniciar o projeto de exploração do minério na região, a Vale fez, em parceria com a comunidade e o governo, um plano de reassentamento de 980 famílias. A empresa também formou cerca de 300 aprendizes moçambicanos para atuar na operação e manutenção da mina, da usina e de ferro. Na província de Nampula, a empresa possui o Projeto Evate, em fase de desenvolvimento, para extração de rocha fosfática)

QUADRO 1 - Cont.

Odebrecht	Odebrecht (Aeroporto Internacional de Nacala, infraestrutura das minas de carvão da Vale em Moatize, terminal de carvão Cais 8 no Porto de Beira)
Fiocruz	Fiocruz (escritório oficial com finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos. Principais serviços: cursos de pós-graduação em diferentes áreas, capacitações em serviço, ensino a distância e formação politécnica, implantação e reformulação dos institutos nacionais de Saúde dos países da CPLP, transferência de tecnologia para a área de produção e apoios diferenciados para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP).
Moçambique	
Zagope	Zagope (estradas na Província de Cabo Delgado: concepção e reabilitação de 230 km das Estradas N380, R762, R775 e R1260)
Camargo Corrêa	Camargo Correa (construção da mina de carvão de Moatize)

Elaborado por Clarise Juliane Vicenti – Bolsista Capes (Jovens Talentos) no âmbito do LAGEPPE/UFRRJ.

Site oficial da BBC de Londres, que afirmou isto depois de uma visita da então presidente Dilma Rousseff com os presidentes de Uganda e de Djibuti.

O governo e algumas grandes empresas brasileiras estão apostando alto na abertura de novas fronteiras no mercado africano. Nos últimos anos, o Brasil ampliou sua presença econômica tanto na África lusófona - principalmente Angola e Moçambique - quanto na África do Sul (considerada um dos “mercados maduros” da região, junto com países do norte africano).⁶

A expansão de empresas brasileiras para o continente africano também é reconhecida como estratégica pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) que vem planejando seminários para formar e informar empresários brasileiros da rentabilidade de investimentos nestes países.

A expansão e instalação das indústrias brasileiras bem como das embaixadas estão alicerçadas em uma mesma base a projeção hegemônica brasileiras tem mecanismos territoriais que sedimentam tanto uma postura de potência emergente – via territorialização do capital brasileiro via as empresas públicas e privadas nos países africanos - quanto na consolidação do *Soft Power* marcada pela territorialização das embaixadas em diferentes países – no intuito de aproximar as relações com os países africanos.

Entendemos como ponto de partida que essa leitura gera a possibilidade de entender a Relação Sul-Sul tomando as projeções do trajeto rumo a “potência emergente Brasil” pode ser feito através da leitura crítica sobre as cooperações entre os países do continente africano e o governo Brasileiro. Igualmente, entendemos que os dados que são apresentados, de forma parcial, podem ser indicativos de processos gerais que permitirão maiores entendimentos sobre as questões que se colocam sobre a Hegemonia e o Território no âmbito desta cooperação.

Desse modo, apontamos como necessidade repensar criticamente essa Relação Sul-Sul, pois embora esse tipo de cooperação se mostre como modelo de resistência à relação norte-sul, em toda relação econômica e política haverá relações de dependência devido à assimetria econômica entre esses países o que pode revelar operações desvantajosas.

⁶ Reportagem completa Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130607_brasil_africa_ru>. Data do Acesso 18/09/2013.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. A nova Configuração do Poder Global. *Revista Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, Maio/Ago. 2008.
- CECEÑA, Ana Esther (org). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. São Paulo: CLACSO, 2005, 218p.
- COSTA LIMA; Marcos Ferreira; MELO, Victor Denis Sousa. Revalorização do lugar da África: Política de desenvolvimento e as relações Sul-Sul no Governo Lula da Silva. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.127-155, jan-dez 2010
- CHONSKY, Noam. *O Império Americano - Hegemonia ou Sobrevivência*. São Paulo: Campus, 2004.
- DUPAS, Gilberto. Fundamentos Contradições e Consequências hegemônicas. In: LAFER *et al.* (Orgs.). *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.211-232.
- FLEMES, Daniel. Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? *Revista Brasileira de Política Internacional*. n. 53. v. 1, ano 2010, p. 141-151
- HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: EDUNESP, 2006, 116p.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. 9ªed. Rio de Janeiro: Record, 2010, 501p.
- _____. *Multidão*. Guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005, 530p.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2009, 201p.
- HOBSBAWM, Eric. *On Empire. America, war, and global supremacy*. New York: Pantheon Books, 2008. 97p.
- _____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007. 182p.
- _____. *Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, 598p.
- HURRELL, Andrew *et al.* *Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: FGV, 200, 168 p.
- KRASNER, Stephen D. *Structural conflict*. The Third World against global liberalism. Berkeley: University of California Press, 1985.
- LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 48 (1): 24-59, 2005.
- PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações sul-sul: estratégia e realidade para os países emergentes. *Revista Conjuntural Austral*, vol.2, nº8 out-nov, 2010. p.48-62.
- QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Revista Estudos Avançados* 19 (55),p. 9-31, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993, 269p.
- ROCHA, André Santos. O território como representação. *Revista Mercator*, Vol.12, p. 139-153, 2013
- SOUZA, M. L. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto L; GOMES, Paulo C. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.140-164.
- STOKES, Doug. Terrorismo, petróleo y capital: La contrainsurgencia norteamericana en Colombia. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Ed's). *El império recargado*. Buenos Aires, 2005, p. 277-296.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “soft”? as relações Brasil-África no governo Lula. *Revista SÉCULO XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.65-84, jan-dez 2010.